



CONHECIMENTO DAS MULHERES ATENDIDAS NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA COBERTURA VACINAL

Jael Maria de Aquino

Thassia Thame de Moura Silva

Todos Integrantes do Programa de educação pelo trabalho para a saúde-PET-SAÚDE- pesquisa e extensão.

Resumo

Estudo do tipo exploratório e descritivo com abordagem quantitativa, desenvolvido na Unidade de Saúde da Família Irmã Denize, Alto José do Pinho; Recife-PE/ Distrito Sanitário III. Tendo como objetivos descrever o conhecimento das mães acerca das vacinas nos cinco primeiros anos de vida; identificar o conhecimento das mães a respeito das vacinas e suas finalidades; reconhecer o saber das mães sobre a importância das vacinas para as gestantes e conhecer as informações das mães e gestantes a respeito das campanhas de vacinação. Os resultados afirmam que existem déficits enquanto ao conhecimento destas mulheres em respeito a essa temática, onde quando verificada a importância da vacinação 56,60% responderam para prevenir doenças, sendo que, apenas 8,18% demonstraram ter um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto. Embora haja elevada contribuição das vacinas à saúde pública, nota-se o distanciamento dos profissionais da saúde ao processo educativo das gestantes e mães.

Resumen

Estudio de los enfoques cuantitativos, exploratorio y descriptivo, desarrollado en la Unidad de Salud Familiar Denize hermana, Pino Alto de José, Recife PE-/ de Salud del Distrito III. Revisión tuvo como objetivo describir los conocimientos de las madres acerca de las vacunas en los primeros cinco años de vida, identificar los conocimientos de las madres acerca de las vacunas y sus efectos, el reconocimiento de los conocimientos de las madres sobre la importancia de las vacunas para las mujeres embarazadas y las madres conozcan la información y las mujeres embarazadas acerca de las campañas de vacunación. Los resultados dicen que hay déficit, mientras que en el conocimiento de estas mujeres con respecto a esta cuestión, donde en caso de control de la importancia de la vacunación 56,60% respondió a prevenir la enfermedad, y sólo un 8,18% demostró tener un conocimiento más profundo sobre el tema. Aunque hay una alta contribución de las vacunas para la salud pública de, tenga en cuenta la diferencia de los profesionales de la salud en el proceso educativo de las mujeres embarazadas y las madres.

Introdução

A saúde representa um dos maiores bens para qualquer indivíduo. Desde os primórdios, o homem luta contra as doenças e procura entender como elas ocorrem, como podem ser curadas ou evitadas. Esses questionamentos talvez sejam, um dos maiores desafios para a humanidade⁽¹⁾.

A vacina é considerada um artifício preventivo para diversas doenças infecto- contagiosas, confere proteção individual, comunitária e diminui a circulação dos agentes infecciosos. Em grupos susceptíveis às doenças como crianças e idosos, torna-se essencial a utilização de imunobiológicos. A respeito das crianças, é imprescindível que a vacinação seja realizada durante seus cinco primeiros anos de vida, para a prevenção de doenças como a difteria, tétano, coqueluche, meningite, poliomielite, hepatite B, tuberculose, diarreia por rotavírus, febre amarela, sarampo, caxumba e rubéola⁽²⁾.



O Ministério da Saúde revela a possibilidade da redução da mortalidade infantil por meio da implantação do Programa Nacional de Imunização (PNI), que inclui estratégias de ações preventivas que estimulam a vacinação, como as campanhas, e a busca ativa dos pais e/ou responsáveis nas unidades de saúde da família para a vacinação de rotina. Além disso, a redução da morbimortalidade se deve a ampliação da cobertura vacinal e da cobertura dos serviços de saúde da assistência básica, e também à implementação ⁽²⁾.

A assistência integral à saúde da criança corrobora para a implementação das ações básicas, como a promoção do aleitamento materno, orientação quanto a alimentação no primeiro ano de vida, controle da diarreia, controle das doenças respiratórias, imunização e ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento. O exercício da vacinação é identificado, dentre as ações básicas, como fundamental para compor uma assistência de qualidade à saúde da criança ⁽³⁾.

Diante do Estatuto da Criança e do Adolescente, nota-se a obrigatoriedade da vacinação para as crianças. Assim cabendo aos pais e aos responsáveis o encaminhamento de seus filhos aos postos de vacinação. Tanto quanto, percebe-se a obrigatoriedade da imputação do poder público em promover campanhas e disponibilizar o material necessário para a imunização ⁽⁴⁾.

A vacinação é um artifício altamente viável ao estado, por possuir um efeito positivo em termos de custo-benefício, visto que o gasto com vacinação é muito inferior ao gasto com pessoas acometidas por tais doenças que precisam de acompanhamento da equipe de saúde, medicação, internação, exames, além das seqüelas ou até mesmo a morte, circunstâncias de custo econômico e social inquestionáveis⁽⁵⁾.

A morbimortalidade relacionada às doenças preveníveis pela vacinação é bastante significativa, onde, epidemiologicamente, sabemos que as coberturas vacinais nos jovens e adultos estão longe do ideal, pois, mesmo com a gratuidade da oferta de vacinas, a adesão ainda é baixa ⁽⁶⁾.

Diante a recomendação do Ministério da Saúde, percebemos que Pernambuco localiza-se abaixo da meta recomendada, diante a cobertura vacinal (CV). No entanto o estado demonstra uma inclinação positiva em relação a essa temática, desde 2002.

Para a vacina contra poliomielite, em menores de cinco anos de idade, ficou reconhecido que o Estado de Pernambuco registrou médias muito próximas as registradas no país, aproximando-se a 100%. Como também as coberturas da vacina tríplice viral (contra sarampo, rubéola e caxumba), na população um ano de idade, foram elevados a 100%, no período de 2003 a 2008, acompanhando a tendência das (CV) de outras localidades ⁽⁷⁾.

Uma correta administração do calendário vacinal das gestantes corrobora para benefícios não somente para a genitora, mas também para a criança, por meio da passagem de anticorpos pela placenta, pelo colostro e leite materno. Um exemplo a essa justificativa, é a drástica redução na incidência de tétano neonatal nas regiões onde se investiu na vacinação de mulheres grávidas, utilizando-se da vacina antitetânica ⁽⁸⁾.



As gestantes não vacinadas contra o tétano, nos últimos cinco anos, devem receber pelo menos, duas doses da vacina antitetânica (T) ou dupla do tipo adulto (dT), com intervalo mínimo de um mês entre elas, de anteposição após o primeiro trimestre da gestação, e pelo menos, 15 dias antes do parto; a terceira dose pode ser aplicada após o parto ⁽⁹⁾.

A importância da pesquisa relaciona-se ao fato da necessidade de resgatar o conhecimento e proporcionar o empoderamento das mães diante as vacinas administradas nos cinco primeiros anos de vida de seus filhos, já que o saber acerca das vacinas pode influenciar na atualização do calendário vacinal uma vez que as mesmas são responsáveis inteiramente pela manutenção do mesmo, além do que, é através da identificação deste conhecimento que se podem esquematizar estratégias a fim de expandir o entendimento das mães quanto às ações de imunização, contribuindo assim com assistência para a ampliação da cobertura vacinal e declínio das doenças imunopreveníveis.

Objetivos

Descrever o conhecimento das mães acerca das vacinas nos cinco primeiros anos de vida; identificar o conhecimento das mães a respeito das vacinas e suas finalidades; reconhecer o saber das mães sobre a importância das vacinas para as gestantes; conhecer informações das mães e gestantes a respeito das campanhas de vacinação.

Metodologia

Estudo exploratório e descritivo com abordagem quantitativa desenvolvido na Unidade de Saúde da Família Irmã Denize, situado no bairro Alto José do Pinho; Recife-PE/ Distrito Sanitário III. A população deste estudo foi composta por 127 gestantes e mães maiores de 18 anos, contendo filhos de até cinco anos de idade.

A unidade de saúde foi selecionada para o estudo por estar inserida no Programa de Educação pelo trabalho para saúde (PET-SAÚDE). Este programa é regulamentado pela Portaria Interministerial nº 421, de 03 de março de 2010, inspirado no Programa de Educação Tutorial - PET, do Ministério da Educação ⁽¹⁰⁾. A proposta do PET – SAÚDE compreende o desenvolvimento de atividades multiprofissionais envolvendo estudantes de diferentes cursos de graduação, a partir da integração ensino/serviço/comunidade, numa proposta de orientação tutorial integrada.

A população das gestantes e mães participantes foi constituída em uma amostra intencional e aleatória composta por aquelas que compareceram a unidade básica de saúde para efetuar a vacinação da criança, ou até mesmo as que estavam aguardando alguma consulta médica, como também foram entrevistadas em seus domicílios no momento da visita do agente comunitário de saúde (ACS), no período de janeiro a fevereiro de 2011. As entrevistas respeitaram os seguintes critérios de inclusão: aceitar participar da pesquisa, ter idade superior a 18 anos, residir no Alto José do Pinho – PE, serem usuárias da USF Irmã Denize durante a administração do (CV) dos seus filhos.

O início da aplicabilidade do estudo deu-se com a coleta das assinaturas e/ou impressões datiloscópicas dos participantes, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),



autorizando a participação de forma voluntária. Posteriormente verificou-se a iniciação de preenchimento do instrumento.

O formulário integrava a caracterização geral dos participantes, onde compunha 12 questões. As questões referentes à primeira parte estão relacionadas à identificação dos dados sociodemográficos (idade, estado civil, sexo, número de filhos, religião). Na segunda parte constam sete questões abertas, das quais, utilizou-se as quatro primeiras questões, para produção deste artigo. A importância de vacinar, o porquê vacinar, Como tomam conhecimento das campanhas de vacinação e as expressões ou palavras que ressaltam o que é vacinação para essas mães, constituem as perguntas que deram singularidade a este trabalho. As respostas foram gravadas e transcritas posteriormente.

Como procedimento ético e obedecendo as normas da Resolução 196/96⁽¹¹⁾, foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM-UPE) sob Protocolo nº 098/10.

Resultados

Caracterização das participantes:

As cento e vinte sete gestantes e mães com filhos até cinco anos de idade, que participaram da pesquisa apresentaram a faixa etária predominante entre 26 a 30 anos com 52 entrevistadas (40,94%), tendo ainda as faixas etárias de 21 a 25 anos com 46 (36,22%), de 18 a 20 com 23 (18,11%) e de 31 a 35 anos com seis (4,72%). Tendo a maioria a naturalidade de Recife – PE com 116 participantes (91%), as restantes eram de outras cidades da região metropolitana do Recife – PE com cinco (4%), outras cidades de Pernambuco com duas (2%) e outros Estados com quatro (3%). Em relação à religião 62 (48,82%) consideraram católicas, 34 (26,77%) evangélicas, uma (0,79%) espírita, outras religiões 30 (23,62%).

Quanto ao estado civil, 68 (53,54%) consideraram solteiras, 40 (31,50%) casadas e dezenove (14,96%) consideraram outro estado civil. Já no grau de escolaridade a prevalência foi para o ensino médio completo com 55 (43,31%), em seguida fundamental incompleto 31 (24,41%), ensino médio incompleto 26 (20,47%), fundamental completo dez (7,87%), superior completo quatro (3,15%) e superior incompleto uma (0,79%).

A percepção das gestantes e mães acerca da importância da vacinação:

Quanto ao conhecimento das gestantes e mães sobre a importância da cobertura vacinal, 56,60% responderam para prevenir doenças e 6,29% para proteger destas. Desse modo, está correta a percepção delas a respeito da vacinação, pois a vacinação é um recurso preventivo e de proteção contra patologias⁽¹²⁾. Assim como, as outras respostas demonstradas na Figura 1 encontram-se dentro da relevância da vacinação na vida dos indivíduos.

Tendo como destaque os 8,18%, pois eram participantes que demonstravam ter um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto, uma vez que a vacinação para elas tem a importância de imunizar as crianças. Observando-se assim que existem falhas diante as informações explicitadas à população, diante esse tema.



Figura I – Importância da cobertura vacinal, por respostas das entrevistadas na USF Irmã Denise – Recife-PE, Distrito III, 2011.



Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

Percebeu-se que maioria das gestantes e mães sabe da importância da vacinação na gestação, pois 29 responderam que a vacinação é uma proteção para mãe e para o bebê. Entretanto, 5 não souberam responder, de acordo com a figura II, comprovando a ocorrência de déficits no sistema de informação, sobre a importância da vacinação.

Figura II – Importância da vacinação durante a gestação, por quantitativo de respostas na USF Irmã Denise – Recife-PE, Distrito III, 2011.



Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

Em relação às palavras e expressões que as mães pensam a respeito da vacinação, 60 mulheres da amostra, relacionaram vacinação à saúde, assim demonstrando a acuidade das mães para com os filhos. Foram também apresentadas as palavras prevenção, proteção, cuidado e segurança. Contudo, ainda há aquelas que responderam palavras inapropriadas, como evitar dengue, ou até mesmo, não souberam explicitar resposta. Outras situações verificam-se no Quadro I.

Quadro I – Palavras que as gestantes e mães com filhos até cinco anos de idade pensam quanto a vacinação, por número de respostas na USF Irmã Denise – Recife-PE, Distrito III, 2011.

Palavras citadas	Quantitativo de respostas
• Saúde	60
• Proteção (Evitar)	32
• Prevenção	44



• Obrigação	3
• Doença	41
• Segurança	5
• Bem-estar	11
• Cuidado	11
• Imunização	9
• Responsabilidade	8
• Combater bactérias	1
• Amor	6
• Crianças	9
• Gripe, meningite	3
• Paralisia Infantil	3
• Medo	3
• Médico	2
• Vida	3
• Gripe	5
• Bom	6
• Importante	13
• Evitar dengue	1
• Não soube responder	2

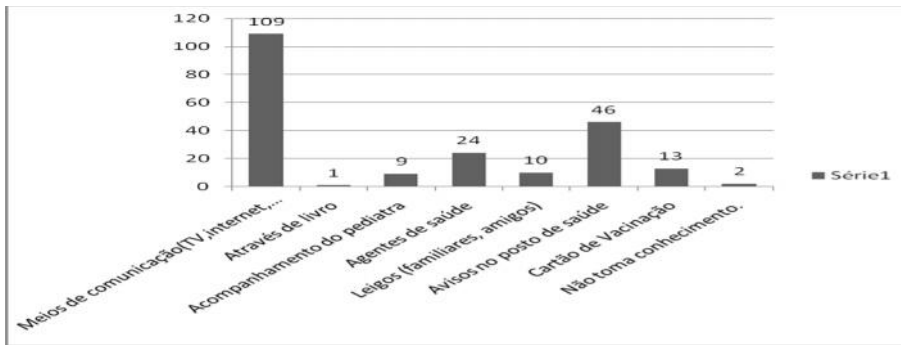
Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

Informação das mães e gestantes a respeito das campanhas de vacinação:

Nota-se que a divulgação das campanhas dos programas de imunização, promovidas pelo Ministério da Saúde, representa um grande poder de alcance, mas percebe-se na análise da amostra, que ainda existem populações descobertas por esses meios de comunicação e informação. Visto que as participantes utilizam-se mais dos meios de comunicação (51%) como as propagandas na televisão, rádio, os carros de som no meio da rua e até mesmo a internet para estarem informadas das campanhas de vacinação.

Observa-se que a Unidade de Saúde está presente nesta informação, pois 22% informam-se com os avisos no posto de saúde, ou com os agentes comunitários de saúde (ACS) sendo estes fornecedores das notícias sobre as campanhas a 11%, ou no acompanhamento pediátricos sendo 4% informadas, além de utilizarem o cartão de vacinação (6%) para saber as datas da vacina. E ainda tem as informações da campanha de vacinação pelos amigos e familiares (5%). Apesar disso há duas (1%) entrevistadas que não tomam o conhecimento sobre as campanhas.

Figura III – Quantitativo de respostas das entrevistadas, por meios em que as gestantes e mães tomam conhecimento das campanhas de vacinação. USF Irmã Denise – Recife-PE, Distrito III, 2011.



Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

Os dados referentes ao conhecimento das gestantes e mães sobre a vacinação demonstram que estas sabem da finalidade da vacinação, sendo abordada como um meio de proteção e prevenção para seus filhos. Dessa forma, apresenta uma similaridade com o estudo, realizado com a amostra de quarenta e três responsáveis pelas crianças vacinadas. O mesmo estudo ressalva que 69,8% da sua amostragem não sabem quais doenças as crianças estão sendo imunizadas e apenas 13 (30,2%) das participantes souberam informar qual doença é evitada pela vacina administrada ⁽²⁾.

Dessa maneira, é evidenciado que ainda falta a educação em saúde para que as informações abranjam toda a população. Torna-se de fundamental importância a busca criativa de novas alternativas para o trabalho associando saúde e educação das populações, num intercâmbio constante entre o saber desenvolvido no viver diário e o oriundo do meio acadêmico, inseridos em um contexto histórico, político, social, econômico e cultural.

O serviço de imunização excede a demarcação de uma área para aplicação das vacinas, então é necessário a descentralização do processo de vacinação, de acordo com o princípio da integralidade cuja finalidade é uma assistência humanizada e cidadã. O profissional de enfermagem atuante na sala de vacinação tem vantagem de intervir no processo saúde-doença de forma eficiente, permitindo ao cidadão a adoção de uma conduta saudável e participativa, além do acesso consciente a um direito alcançado, contribuindo para um novo fazer da enfermagem na sala de vacina, baseada no conceito de promoção à saúde ⁽²⁾.

Diante o pressuposto de que a educação estabelece vínculos permanentes com a saúde, torna-se responsabilidade dos profissionais da saúde atentar e praticar a educação em saúde como processo contínuo de construção de conhecimentos em saúde, visando à apropriação sobre o tema pela população em geral ⁽¹⁴⁾.

Desta forma, uma assistência diferenciada durante o pré-natal proporciona um esclarecimento mais eficiente sobre a importância das vacinas que a criança irá receber a partir do seu nascimento e estimular assim um compromisso amplo entre a mulher e o serviço de saúde ⁽¹⁵⁾.

Considerações finais

Vale ressaltar que no Brasil, a vacinação, nos programas de saúde e diretrizes governamentais, é valorizada para a proteção individual e coletiva, sendo considerada uma



importante prática de saúde pública. Cabe ressaltar que, historicamente, o Programa Nacional de Imunização (PNI) tem tido êxitos, por meio de altas coberturas vacinais e apresentando consideráveis avanços no controle e erradicação de doenças através das divulgações das campanhas de vacinação.

Embora haja elevada contribuição das vacinas à saúde pública, nota-se o distanciamento dos profissionais da saúde ao processo educativo das gestantes e mães. Dessa maneira, tal fato pode conduzir as mães e gestantes ao descumprimento da vacinação periódica, uma vez que estas têm pouca informação sobre as reais finalidades desse processo.

Neste contexto, é preciso desenvolver atividades que visam à promoção à saúde e a prevenção das doenças por meio da educação em saúde, sendo um processo de comunicação e diálogo que pode induzir à conscientização da população, conduzindo-a, assim, a agir criticamente na sociedade em que vivem.

No conseguimento desses objetivos de transformações da realidade pautados na educação, é necessário, portanto, prover subsídios aos profissionais de saúde a buscarem, não apenas, conhecimentos técnico-científicos, mas também conhecimentos interdisciplinares para desempenhar seu trabalho através do diálogo constante com os usuários, com vistas à promoção da saúde da criança.

Descritores: vacinação, mulheres, conhecimento, imunização, saúde da criança

REFERÊNCIAS

- 1- Saavedra M. *Percursos da vacina na Índia portuguesa séculos XIX e XX*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1): 165-82; 2004.
- 2- Oliveira VG, Pedrosa KKA, Monteiro AI, Santos ADB. Vacinação: O fazer da enfermagem e o saber das mães e/ou cuidadores. Rev. Rene, vol. 11, Número Especial, 2010.
- 3- Figueiredo GLA. Experiências de famílias sobre a vacinação de crianças menores de dois anos: subsídios para o cuidado de enfermagem. [tese]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto(USP); 2007.
- 4- Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente. *Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas*. Belo Horizonte (MG): Rede Andi Brasil, 2009.
- 5- Pereira DR, Mathias, TAF, Soares DFPP, Carvalho WO. Cobertura vacinal em crianças de 12 a 23 meses de idade: estudo exploratório tipo Survey. Revista Eletrônica de Enfermagem; 2009.
- 6- Esteres N, Padilha TM. Imunização do Adulto e Idoso: Uma prática assistencial de enfermagem voltada para o autocuidado (Fundamentado na teoria de Dorothea E. Orem) [Relatório de Prática Assistencial]. Santa Catarina(SC): Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Brasil; 2010.
- 7- Brasil, Ministério da Saúde. *Dados e indicadores de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>.



- 8- Bricks LF. Gestação e lactação. Cap.15.p.299-308. In: CUNHA; Juarez et al. Vacinas e imunoglobulinas: Consulta rápida. Porto Alegre : Artmed, 2009.
- 9- Cunha J. et al. Vacinas e imunoglobulinas: Consulta rápida. Porto Alegre: Artmed, 2009..
- 10- Brasil, Ministério da Educação. Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde. Brasília: Ministério da Educação; Portaria Interministerial nº 421, de 3 de março; 2010.
- 11- Brasil, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde; 1996.
- 12- Paulo EF. Oportunidades perdidas de vacinação em crianças menores de dois anos de idade, ocorridas nas salas de vacinação, das unidades de saúde da região norte do município de São Paulo [dissertação]. São Paulo (SP): Coordenadoria de Controle de Doenças, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; 2010.
- 13- Budo MLD, Saube R. Conhecimentos populares e educação em saúde na formação do enfermeiro. *Revista brasileira enfermagem* vol.57, n.2, pp. 165-169. 2004.
- 14- Ministério da Saúde (BR). Portal eletrônico do Ministério da Saúde. Brasília; 2004. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/atencaobasica.php#saudedafamilia>
- 14-Silva CMC, Meneghim MC, Pereira AC , Mialhe FL. **Educação em saúde: uma reflexão histórica de suas práticas.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2010, vol.15, n.5, pp. 2539-2550. ISSN 1413-8123.
- 15-Ribeiro A, Moraes M, Ribeiro R, Frade M, Rodrigues M. A promoção da saúde durante o pré-natal: visão da puérpera acerca da vacinação contra a hepatite B no recém nascido. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online** , América do Norte;<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1172>; 2010.